



A influência das elites na manutenção das desigualdades sociais no Brasil

Juber Marques Pacífico¹

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo central analisar brevemente a trajetória das desigualdades sociais brasileiras, pensadas a partir de sua construção histórica e seu processo de naturalização por mecanismos de poder derivados da colonização do Brasil, levando em conta a perspectiva da dominação das elites e as formas com as quais essa classe conseguiu manter seus privilégios e a manutenção de uma estrutura social favorável aos seus interesses. A partir das obras *Elite do atraso*, de Jessé Souza, *Revolução Burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes e *Povo Brasileiro*, de Darcy Ribeiro, realizou-se uma revisão e elucidação de fatos históricos e dos aspectos sociais envolvidos na temática para apresentar o contexto que evidencia a relação direta entre o poder das elites e a manutenção das desigualdades sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdade Social; Elites; Jessé Souza; Florestan Fernandes; Darcy Ribeiro.

The elites and the maintenance of social inequalities in Brazil

ABSTRACT: The main objective of this article is to briefly analyze the trajectory of Brazilian social inequalities, thought from its historical construction and its process of naturalization by mechanisms of power derived from the colonization of Brazil, taking into account the perspective of elite domination and the forms with which this class managed to maintain its privileges and the maintenance of a social structure favorable to its interests. From the works *Elite do atraso*, by Jessé Souza, *Revolução Burguesa no Brasil*, by Florestan Fernandes and *Povo Brasileiro*, by Darcy Ribeiro, a review and elucidation of historical facts and social aspects involved in the theme was carried out to present the context that evidences the direct relationship between the power of elites and the maintenance of social inequalities.

KEYWORDS: Social Inequality; Elites; Jessé Souza; Florestan Fernandes; Darcy Ribeiro.

¹Mestrando em Ciências Sociais pela UFJF. Bacharel em direito pela UFJF e em Ciências Humanas/Ciências Sociais pela mesma instituição. Pós-graduado em Direito Constitucional.

1. Introdução

A desigualdade social é tema presente nas grandes discussões das ciências sociais no Brasil, por ser indispensável na tentativa de se estabelecer balizas que possam nortear e evidenciar a trajetória social, econômica e cultural do país. O chamado *pensamento social brasileiro*, esforço empreendido por diversos autores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, Florestan Fernandes e, mais recentemente, Jessé de Souza, entre muitos outros, tentam refazer de maneira crítica a nossa história social.

Notadamente, a partir do final do século XX, predominou a definição de desigualdade social relacionada à diferença entre as possibilidades de acesso e obtenção de bens socialmente valorizados. Entretanto, apesar de ser uma definição mais prática por ser um fator mensurável, não é a mais adequada, nem deve ser a única forma de encarar a complexa realidade que determina a desigualdade social como um fenômeno característico das relações da sociedade em todo o mundo. Segundo Costa (2019), é necessário pensar em quatro dimensões: desigualdade de quê, entre quem, quando e onde. Partindo dessa premissa, é necessário pensar a desigualdade social sob vários aspectos, como renda, raça ou acesso às oportunidades, uma visão multidimensional que envolve diversos ângulos da vida humana e que devem ser pensados de forma interdependente.

Os diversos atravessamentos presentes na atual conjuntura social, econômica, cultural e simbólica, que acabam por afetar diretamente o indivíduo, atualmente ganharam ainda mais importância nas pesquisas sociológicas. Temas que outrora não ocupavam espaços de relevo nas discussões acadêmicas, hoje possuem relevância. Vejamos os inúmeros debates acerca das desigualdades ambientais, ou ainda as discussões sobre desigualdade de gênero em ambiente de trabalho – dois exemplos que apontam para uma sociologia coerente com as novas realidades.

A compreensão dessas disparidades exige que se explore o contexto histórico de sua construção, os atores e as instituições que fizeram e fazem parte da estrutura social daí derivada, bem como analisar os discursos que buscam justificar a manutenção do *status quo*. Nesse ponto, pretende-se expor de que forma as elites, ao longo de uma empreitada histórica, criaram e naturalizaram a estratificação social para manter privilégios e propagar a ideia de inferioridade das classes vulneráveis, sem possibilitar que qualquer mecanismo abra portas para superar as desigualdades e modificar a estrutura social.

Para adentrar nessa discussão, utilizou-se da metodologia de revisão bibliográfica, sendo de destaque as obras de três sociólogos brasileiros que contribuíram de maneira substancial para a temática e que tentam descortinar as causas e as possíveis soluções para a desigualdade no país: Jessé Souza, com *A elite do atraso* (2019), Darcy Ribeiro, com *O povo Brasileiro* (1995) e Florestan Fernandes, com

A revolução burguesa no Brasil (2006). Tais obras apresentam certa afinidade na ideia de uma sociedade marcada por diferenças importantes entre as classes que a compõe, permitindo tal aproximação.

2. Desigualdade social no Brasil

No Brasil, a disparidade social é caracterizada principalmente pela concentração de riquezas na mão de um seleto grupo, pelo preconceito racial, pela exploração do trabalho, pela escassa participação de boa parte da população nas decisões políticas, pela diferença no acesso e no nível educacional, dentre tantos outros aspectos que causam ou derivam desses fatores. E o resultado dessas disparidades é, de um lado, a exclusão, a limitação e vulnerabilidade; e, de outro, o oportunismo e o privilégio.

Essas desigualdades sociais não surgiram da noite para o dia: elas refletem, necessariamente, processos históricos de longo prazo pelos quais a sociedade brasileira e tantas outras no mundo, ainda que com suas diferenças, já passaram. Sobre essa perspectiva, importa observar que, apesar de momentos e tentativas de diminuição e erradicação das desigualdades, existem interesses na sua manutenção e perpetuação na estrutura social, e não há perspectivas de grandes mudanças nesse quadro.

Jessé Souza, em seu livro *A elite do atraso*, destaca que em países europeus, os quais os brasileiros normalmente admiram, também existe desigualdade social, mas “ela não é abissal como aqui” (SOUZA, 2019, p. 84). Segundo o autor, a diferença é que a Europa se preocupou em criar condições sociais mais homogêneas para todas as classes.

Por outro lado, no Brasil, desde a colonização, tem sido naturalizado o fenômeno da desigualdade social como forma de manter a relação de distanciamento, preconceito e dominação das elites sobre as classes populares. Essa herança escravocrata não perpetuou apenas o preconceito e desigualdade relacionados à cor da pele, mas serve de pano de fundo para justificar as diferenças de classes daí decorridas. Porém, como bem pontua Souza (Ibidem), ao contrário da cor da pele, as classes podem ser modificadas e, por isso, deve-se prestar atenção nas “carências que reproduzem as misérias”.

A condenação escravocrata, que outrora se relacionava à raça, passa a ser uma condenação de classe. O escravo brasileiro na atualidade é aquele que forma a classe trabalhadora, o que Souza (Ibid.) chama de “batalhadores”, os alvos da elite do dinheiro com suas raízes escravocratas. Nesse sentido, Felix (2017, p. 93) afirma que a manutenção da ralé, termo utilizado por Souza para se referir às classes mais baixas da pirâmide social brasileira, será resultado dos esforços das elites do país nos ataques aos seus direitos.

Essencial salientar que, apesar de a escravidão ao longo da nossa história ter ganhado novas formas e instrumentos, a relação entre elites e classes trabalhadoras passa necessariamente pela questão racial. As elites brasileiras, detentoras do poder e do controle dos meios de produção, na visão marxista, ou aqueles que possuem acesso ao capital cultural, na concepção bourdieusiana, são os brancos. Aos negros sobram os empregos menos remunerados, limitação no acesso à cultura, e a vulnerabilidade em todos os sentidos.

Analisando a obra de Souza, Felix (2017, p. 92) cita o impeachment da Presidente Dilma Rousseff como exemplo evidente do pacto entre os donos do poder para perpetuar uma sociedade cruel e forjada na escravidão. A reforma trabalhista que penalizou os batalhadores, a redução do poder de fiscalização do trabalho escravo e a limitação na divulgação da lista suja de empresas que praticam trabalho análogo à escravidão seriam alguns dos vários exemplos de um golpe empreendido pelas elites para a manutenção de seus privilégios.

O processo de manutenção das desigualdades é longo e constante. Durante o período de urbanização no Brasil, manteve-se a estrutura de distribuição desigual de privilégios perpetrada pela aristocracia da época. Mais uma vez, a intenção de manter a divisão social não seria superada, pois não havia esse interesse, pelo contrário, havia a “tendência nítida de defesa do desnivelamento dos privilégios daquela aristocracia” (FERNANDES, 2006, p. 46).

A Revolução Burguesa, que tinha o intuito de modificar a estrutura política e econômica do país enquanto colônia, também sequer levou em consideração modificar as condições da população mais vulnerável, mas apenas de uma minoria de interessados. Segundo Fernandes (2006, p. 50),

as elites nativas não se erguiam contra a estrutura da sociedade colonial. Mas, contra as implicações econômicas, sociais e políticas do estatuto colonial, pois este neutralizava sua capacidade de dominação em todos os níveis da ordem social.

Mais do que isso, era premente para essa elite a “consecução de dois fins políticos interdependentes: a internalização definitiva dos centros de poder e a nativização dos círculos sociais que podiam controlar esses centros de poder” (Ibid.).

A industrialização, a implantação e expansão do capitalismo também foram fatores que contribuíram para manter e ampliar o liame da desigualdade social, intensificando a formação e divisão da sociedade de classes. É o avanço desses processos que ajudou a criar o que ainda se vê atualmente, uma “classe trabalhadora crescentemente precarizada e ameaçada pelo desemprego e por cortes de direitos” (SOUZA, 2019, p. 100). O discurso que tenta responsabilizar os trabalhadores pelas problemáticas econômicas do país parece naturalizado, sempre se pensa em cortar direitos dos trabalhadores quando se quer beneficiar ainda mais aqueles que já possuem privilégios.

Essa crescente distância entre estratos sociais e a forma intencional com que os processos de avanço das estruturas socioeconômicas perpetuaram as desigualdades condicionaram as camadas mais altas da sociedade a enxergar a ralé, nas palavras de Jessé Souza, como uma ferramenta de trabalho para produzir e gerar lucro, oferecendo o mínimo de direitos para que eles continuem a exercer seu papel,

Nem podia ser de outro modo no caso de um patronato que se formou lidando com escravos, tidos como coisas e manipulados com objetivos puramente pecuniários, procurando tirar de cada peça o maior proveito possível. Quando ao escravo sucede o parceiro, depois o assalariado agrícola, as relações continuam impregnadas dos mesmos valores, que se exprimem na desumanização das relações de trabalho (RIBEIRO, 1995, p. 212).

A ideia de naturalização da desigualdade social deriva também da noção de que essa estratificação construída historicamente é resultado da sua adoção como um “negócio” que enobrece e privilegia uma elite, tornando-os dominadores, e que degrada e subjuga os demais, encarados como objeto de enriquecimento. Mesmo com avanços pontuais na melhora da vida dos mais vulneráveis, o Brasil não tem conseguido se estruturar para garantir à população condições favoráveis de sobrevivência e progresso. Pelo contrário, o que se intensifica são os privilégios de uma pequena camada preocupada exclusivamente com interesses próprios.

A continuidade desse processo de construção e manutenção das desigualdades sociais ao longo da história do país resulta para a sociedade, como afirma Ribeiro, em “incompatibilidades insanáveis”, como “a incapacidade de assegurar um padrão de vida, mesmo modestamente satisfatório, para a maioria da população nacional; a inaptidão para criar uma cidadania livre” que expõe a fragilidade da base na qual foi construído o sistema democrático brasileiro (1995, p. 218). Inclusive, isso se reflete na política, na elegibilidade de representantes que muitas vezes se mostram adversários das classes populares, mas que conseguem manipular e comprar votos dessa massa de eleitores.

A perpetuação da desigualdade social e sua conseqüente naturalização também derivam da reprodução, da transmissão familiar de ideologias, recursos e perspectivas dentro das próprias classes sociais, que dificilmente se modificam ao longo da vida dos indivíduos que as integram. Ou seja, “o privilégio de uns e a carência de outros são decididos desde o berço” (SOUZA, 2019, p. 85).

Para Jessé Souza (2019), a partir de 1930, a elite passou a utilizar um mecanismo construído de modo consciente e planejado para manter um “pacto antipopular” que mistura aspectos racionais, como manutenção dos privilégios, e irracionais, como ódio e ressentimento de classes. Por conta disso, é como se existisse uma “lei da desigualdade”, invisível e silenciosa, que dita quem pode e quem não pode ser rico, quem pode e quem não pode dominar na ordem social.

Assim, o Brasil se vê dividido, basicamente, em três estratos sociais: a elite, composta por um pequeno número de pessoas mais ricas, a classe média, formada por boa parte da população, e a classe popular, que conta com um número relevante de indivíduos que vivem à margem da sobrevivência.

Na visão de Ribeiro (1995), existem quatro classes, denominadas “classes dominantes”, “classe intermediárias”, “classes subalternas” e “classes oprimidas”. Essas classes não poderiam ser colocadas numa estrutura triangular, mas sim de um losango, com um topo finíssimo formado pela classe dominante, seguido por um número pouco maior da classe intermediária, um pescoço que se alarga, representando trabalhadores regulares e consumidores, e a linha mais ampla com a parte marginalizada da população, a classe subalterna.

A classe dominante representa a mínima parcela da população e possui efetivamente o poder sobre a sociedade, inclusive devido ao “apoio” das outras classes (RIBEIRO, 1995). É aquela que, ao longo do tempo, possui o maior interesse em manter os traços da desigualdade social.

Já a classe intermediária representa um quantitativo bem maior em relação à dominante, normalmente tendo o papel de apaziguar ou intensificar tensões sociais, já que possuem cargos que de alguma forma são relevantes socialmente, mas que, apesar disso, não se preocupam em mudar o quadro social, e sim manter a ordem vigente (Ibidem). Além disso, é a classe que mais ajuda a elite a se manter no poder e perpetuar as desigualdades sociais, inclusive tentando tirar vantagem disso.

A classe subalterna e a oprimida formam a maior parte da população. A primeira integra a vida social regular, tem empregos estáveis, faz parte do sistema produtivo e consumerista, preocupando-se em defender o que já possui e obter mais, sem que isso necessariamente seja uma forma de transformação social. Por fim, a classe oprimida é o elo mais fraco da desigualdade social. Excluídos, que buscam fazer parte do sistema produtivo e ter acesso ao mercado, são marginalizados, grande parte julgados por sua raça (normalmente pretos e mulatos), com trabalhos informais e recebendo o mínimo para o próprio sustento (Ibidem).

Com este panorama, é possível entender porque o maior enfoque da desigualdade social brasileira é voltado para as questões socioeconômicas. Como bem pontua Ribeiro, “a distância social mais espantosa do Brasil é a que separa e opõe os pobres dos ricos” (1995, p. 219). Isso porque a renda é um fator que automaticamente coloca os indivíduos como pertencentes a determinada classe e também os imprime o rótulo de privilegiados ou oprimidos. Daí deriva uma cadeia de processos que mantêm a “lei da desigualdade” em funcionamento, impossibilitando a ascensão da maioria da população e ratificando a institucionalização desse sistema desigual.

3. As dimensões das desigualdades sociais no Brasil

É importante compreender os mecanismos de poder presentes na sociedade brasileira que bloqueiam as formas de reação das classes dominadas e como elas ocorrem em meio a um país que se diz democrático. A base para a desigualdade social no Brasil foi formada por uma sucessão de atos e acontecimentos em favor da naturalização do sistema de dominação e elitização da democracia. Portanto, torna-se plausível estudar os discursos que buscam justificar e desmascarar a perpetuação das desigualdades sociais no Brasil.

Dentre as proposições que justificam a desigualdade, cabe o relato daquelas que se referem à herança deixada pelo passado colonial brasileiro, à que expõe o papel do Estado e a influência da corrupção política, e a diferença e oportunidade de acesso à educação de qualidade.

3.1. O passado que condena

A trajetória dos estudos sociológicos no Brasil – notadamente construída ao longo do século XX por autores criticados por Jessé Souza, entre os quais Gilberto Freyre, Buarque e Faoro – criou um tipo de culturalismo racista, ancorando um pensamento sociológico de “vira-lata” e que muito desconhece as verdadeiras raízes do drama da desigualdade. Para Souza, é na escravidão submetida ao país que se apoiam as bases fundamentais da desigualdade social atual. A colonização é, portanto, responsável por estabelecer hierarquia entre colonos e colonizados, exploradores e explorados.

A cultura colonizadora dos portugueses, a escravidão e a exploração são as raízes que desencadearam o processo histórico de práticas e princípios que geram a desigualdade no país. Conforme esclarece Lopez, esse discurso

[...] associa a desigualdade atual à herança institucional e cultural do passado remoto. A cultura dos colonizadores portugueses ou nascida da escravidão é a raiz das práticas e valores que, hoje, geram as desigualdades. É assim que a associação entre conceitos sociológicos como colonização de exploração e patrimonialismo compõe o léxico das explicações das mazelas brasileiras atuais, neste caso, herdadas dos portugueses (LOPEZ, 2020, p. 59)

A naturalização das hierarquias sociais derivadas do sistema de escravização do povo foi determinante para que fosse disseminado a indiferença social em relação aos pobres, o que Jessé Souza viria a denominar de “ódio ao pobre”. Esse sentimento aos mais humildes, construído ao longo do tempo pela escravidão, estabeleceu uma distinção clara entre “nós e eles”. Aos mais pobres cabe a reprodução do trabalho realizado por seus ascendentes há 500 anos, braçal e menos remunerado, uma escravidão doméstica. Pode-se concluir, portanto, que a escravidão só prosperou com o ódio ao escravo, e que o Brasil de hoje é marcado não só pela sua exclusão, mas também pela sua humilhação (SOUZA, 2017).

Ainda que muito dessa desigualdade inicialmente tenha mudado, com parcela da população marginalizada conseguindo mobilidade social, com o reconhecimento da dignidade da pessoa humana e dos direitos fundamentais inerentes, as transições históricas pelas quais o Brasil passou jamais apagaram as desigualdades criadas anteriormente. Discursos racistas, a estrutura de dominação, humilhação e opressão escravocrata deixaram claros vestígios de ser a “herança maldita” que até hoje assola a população mais vulnerável da sociedade brasileira (SOUZA, 2019).

3.2. O Estado e a corrupção política

Por essa justificativa, o Estado teria a culpa sobre a desigualdade social no país devido à corrupção política perpetrada por seus agentes, governantes ou políticos. A administração estatal e as políticas públicas são utilizadas como ferramentas para desviar recursos públicos que deveriam ser direcionados a atender as necessidades do povo e, com isso, amenizar as desigualdades.

Além disso, existe outro argumento que integra esse discurso e que está ligado à distribuição dos recursos para pagar e beneficiar os agentes do Estado. Segundo Lopez, “a variação do argumento é relacionar a desigualdade às remunerações e aos benefícios materiais do cargo político, percebido como via complementar para apropriação indevida de recursos públicos” (2020, p. 59).

Ocorre que esse discurso já foi muito criticado, pelo fato de se considerar que essa corrupção deriva da herança cultural maldita deixada pelos portugueses, sem se pensar sobre outros agentes que atuam “silenciosamente” para interferir no Estado. É nesse ponto que se encaixa o termo justificativo para as mazelas políticas, o famoso “jeitinho brasileiro” de conseguir as coisas. Jessé Souza esclarece que esse termo se refere ao “capital social de relações pessoais”, que foi naturalizado devido à sua repetição e fácil explicação para as práticas sociais vantajosas. Assim, o termo se tornou tão comum, que passou a ser “pensado como algo generalizável para todos os brasileiros de todas as classes” (SOUZA, 2019, p. 86-87).

A crítica do autor vem desmascarar justamente esse ponto. Os problemas do país seriam oriundos de seu processo de colonização que resultou na influência da elite, do setor privado e do mercado nas instituições. O chamado “jeitinho brasileiro” acaba por encobrir algo essencial na conclusão do raciocínio: a escravidão é a raiz das grandes disparidades existentes e responsável por impedir as transformações necessárias.

Para Darcy Ribeiro, a lentidão dos processos revolucionários no Brasil é por culpa da resistência das classes dominantes, independente da estrutura arcaica e do atraso econômico que isso provoca.

A mais grave dessas continuidades reside na oposição entre os interesses do patronato empresarial, de ontem e de hoje, e os interesses do povo brasileiro. Ela se mantém ao longo de séculos pelo domínio do poder

institucional e do controle da máquina do Estado nas mãos da mesma classe dominante, que faz prevalecer uma ordenação social e legal resistente a qualquer progresso generalizável a toda a população. Ela é que regeu a economia colonial, altamente próspera para uma minoria, mas que condenava o povo à penúria. Ela é que deforma, agora, o próprio processo de industrialização, impedindo que desempenhe aqui o papel transformador que representou em outras sociedades (RIBEIRO, 1995, p. 250).

Florestan Fernandes (2006), com o mesmo pensamento, afirma que, no período de transição para a independência brasileira, o Estado se mostrou desde o início como o alvo das elites e como uma entidade que poderia ser manipulável com vista à sua adaptação aos seus interesses econômicos, inclusive para implantação da política do liberalismo.

Na fase de transição, as elites nativas encaravam o Estado, naturalmente, como “meio” e “fim”: “meio”, para realizar a internalização dos centros de decisão política e promover a nativização dos círculos dominantes; e o “fim” de ambos os processos, na medida em que ele consubstanciava a institucionalização do predomínio político daquelas elites e dos “interesses internos” com que elas se identificavam (FERNANDES, 2006, p. 53).

Por outro lado, não seria possível perpetuar a tese de que essa corrupção do Estado é devido a uma transmissão cultural dos portugueses. Para Souza, isso é apenas uma construção fantasiosa do culturalismo racista que supõe uma “continuidade cultural com Portugal” que é transmitida de forma automática, como “um código genético”. Na verdade, os indivíduos são formados de acordo com as instituições que os rodeiam, como família, escola, economia, política e mercado (SOUZA, 2019, p. 39).

É a partir dessa dominação e exploração mascarada do Estado pelas elites que surge a definição da política nacional como patrimonialista, isto é, o Estado brasileiro foi montado sob a imagem do homem cordial, que não distingue o público do privado. Este é o ponto em que o Estado é demonizado e o mercado poupado, como se deste nada de mal viria, porém, numa sociedade capitalista, quem detém o poder é justamente o mercado.

Criticando a visão de Sérgio Buarque sobre esse patrimonialismo de uma elite derivada da herança portuguesa, Jessé Souza afirma que isso esconde a verdadeira elite do mercado que controla o aparato estatal, inclusive com poder de colocar sua chefia sob políticos que protejam seus interesses.

Como a elite que vampiriza a sociedade está, segundo ele, no Estado, abre-se caminho [...] para uma concepção do mercado que é o oposto do Estado corrupto. Com isso, não só o poder real, do mercado e dos endinheirados, é tornado invisível, como o Estado é tornado o suspeito preferido [...] de todos os malfeitos. Essa ideia favorece os golpes de Estado baseados no pretexto da corrupção seletiva, mote que sempre é levado à baila quando o Estado hospeda integrantes não palatáveis pelo mercado ávido de capturá-lo apenas para si (SOUZA, 2019, p. 33).

Nesse ponto, a corrupção do Estado passa a ser a corrupção do e para o mercado, tornada invisível para não mostrar os verdadeiros culpados, que manipulam legal e ilegalmente a máquina pública em favor dos seus interesses.

Por outro lado, observa-se também a dificuldade que as classes mais oprimidas têm de influenciar nas decisões políticas as quais tendem a afetar seu próprio destino e concepções pessoais. Para Costa, isso se materializa justamente “nas distribuições assimétricas dos direitos políticos e sociais” (2019, p. 57).

As classes vulneráveis, apesar de muito terem avançado em termos de conquista de direitos humanos, de cidadania, trabalho, entre outros, ainda permanecem à mercê de uma posição socioeconômica desigual, que não os permite uma proteção contra as mazelas que o sistema de poder criou para manter inacessíveis as oportunidades e privilégios. Esse quadro também é reflexo do sistema de educação brasileiro e da grande disparidade de qualidade entre o ensino público e privado, como será discutido no tópico a seguir.

3.3. A disparidade entre níveis e oportunidades educacionais

Em sua obra mais aclamada, *O capital no século XXI*, Thomas Piketty afirma que “No longo prazo, a força que de fato impulsiona o aumento da igualdade é a difusão do conhecimento e a disseminação da educação de qualidade” (2014, p. 29). As palavras do autor nos indicam que a educação ocupa lugar importante na determinação da desigualdade, pois é a partir dela que se vislumbra a possibilidade de mobilidade social e participação do mercado. Contribuindo com o tema, Lopez entende que a educação é um fator associado à empregabilidade e poder aquisitivo, pois a “educação é o meio para ampliar as oportunidades de emprego e renda” (2020, p. 60).

O palco forjado para justificar as disparidades educacionais normalmente é relacionado à meritocracia, segundo a qual as posições sociais são resultado de conquistas pessoais dos indivíduos e não de fatores sociais externos. O argumento é aprimorado quando se diz que as pessoas deixam a escola por futilidades e desleixo, que não aproveitam as oportunidades que a vida oferece.

Não é preciso ir muito longe para desmascarar esse discurso: veja-se a diferença entre a classe média e a classe oprimida. Geralmente, a primeira desde cedo é estimulada pela família a adquirir capital intelectual e focar nos estudos. Todo o seu tempo é dedicado àquilo que lhe permitirá o sucesso escolar e profissional, mantendo a cultura da sua classe, já que “todas as vantagens culturais e econômicas se juntam, mais tarde, para a produção, desde o berço, de um campeão na competição social” (SOUZA, 2020, p. 91).

Por outro lado, a classe oprimida, em sua maioria constituída por uma família desestruturada, ainda que insista na educação como forma de escapar à pobreza, não

é isso que a criança percebe, afinal, não funcionou para seus pais. Além disso, muitas dessas crianças ainda novas passam a trabalhar informalmente para complementar a baixa renda familiar e, conseqüentemente, não há prioridade para os estudos e para a formação crítica sobre sua realidade, o que impossibilita enxergar qualquer melhoria de vida. “São produzidos, nesse contexto, seres humanos com carências cognitivas, afetivas e morais, advindo daí sua inaptidão para a competição social” (SOUZA, 2019, p. 93).

Sobre outra perspectiva, a desigualdade atrelada à educação se conecta ao quadro de corrupção do país, que reduz as oportunidades que poderiam ser criadas a partir de políticas públicas de qualidade, mas que, ao invés disso, sofrem com os desvios de recursos públicos e com o sucateamento das escolas e da educação pública. A disparidade dos níveis e da qualidade educacional entre classes podem explicar a desigualdade, mas esse problema resulta, em parte, por conta da corrupção política.

Assim, sem conseguir mobilidade social, a classe oprimida continua pobre e vivendo à margem da sociedade, enquanto as classes mais abastadas podem pensar e moldar seu futuro, já que vivem se dedicando para obter conhecimento.

À pobreza econômica foi acrescentada a pobreza em todas as outras dimensões da vida. Se a pobreza econômica, por exemplo, implica foco no aqui e no agora por conta das urgências da sobrevivência imediata, toda a atenção se concentra necessariamente no presente e nunca no futuro, posto que é incerto. Por outro lado, olhar para o futuro é o que constrói o indivíduo racional moderno, que sopesa suas chances e calcula constantemente onde deve investir seu tempo e suas habilidades. A prisão no aqui e no agora tende a reproduzir no tempo, portanto, a carência do hoje, e não a saída para um futuro melhor (SOUZA, 2019, p. 93).

Isso condiz com a manutenção da desigualdade, pois a educação é um caminho para sua correção, e criar oportunidades de igualdade educacional seria um passo para romper com a estrutura social de dominação, distribuindo mais o capital econômico e cultural, o que não é desejável pelas elites.

3.4. A concentração de riqueza e o sistema econômico

A má distribuição de renda, com a concentração de maior parte das riquezas nas mãos de pouquíssimos e a maior parte da população tendo o mínimo para sobreviver, é mais um dos fatores que justificam a desigualdade social brasileira. Obviamente, mais renda significa melhor moradia, mais acesso à assistência médica, mais acesso à educação, lazer e tantas outras condições de vida melhores.

Outrossim, o sistema econômico brasileiro foi sendo moldado e naturalizado à estrutura de classes derivada da sociedade colonial que, ao longo de seu processo histórico, foi firmando os obstáculos de ordem social, ideológica, política e cultural para impedir a mobilidade social das classes oprimidas. Isso se perpetuou e intensificou com a implantação e expansão do sistema capitalista desde a revolução burguesa que, conforme Fernandes, construiu uma ordem social provinda da opção

dessa classe “por um tipo de capitalismo que imola a sociedade brasileira às iniquidades do desenvolvimento desigual interno e da dominação imperialista externa” (2006, p. 353).

Esse é o mesmo sistema capitalista que ainda hoje preza pelo lucro acima de tudo e ao custo de explorar uma mão-de-obra barata, oprimida, miserável e resignada com seu destino, com a pobreza, com o desrespeito aos direitos e o tratamento desumano. Como bem pontua Florestan Fernandes:

Parece incrível que esse tipo de opressão sistemática possa existir nos dias atuais; e, mais ainda, que ela e os terríveis mecanismos de repressão a que precisa recorrer possam ser conciliados com os ideais igualitários, de respeito à pessoa humana, aos direitos fundamentais do homem e ao estilo democrático de vida” (FERNANDES, 2006, p. 353).

Outro ponto é que o sistema econômico brasileiro legaliza políticas públicas que buscam diminuir as disparidades sociais, ao mesmo tempo que cria outras que as amplifica, tendo como exemplo, principalmente, políticas tributárias regressivas que pesam excessivamente sobre os pobres, mas que não afetam na mesma medida os ricos e ainda os beneficia.

Evidentemente, isso pode ser associado ao que foi visto no tópico sobre o Estado e a corrupção política, pois, mais uma vez, o sistema econômico é corrompido e utilizado como um mecanismo de controle da estratificação social e da perpetuação da distribuição desigual da renda pelas classes dominantes que, notadamente, reflete nas outras esferas da desigualdade social.

4. As elites e seu papel sobre a desigualdade

Uma coisa pode ser notada a partir do que foi dito até aqui: a elite aparece por qualquer ângulo que se estude a questão da desigualdade social no Brasil, e, além disso, consegue se tornar uma manipuladora invisível da “lei da desigualdade”. Sua denominação variou ao longo do processo histórico de construção da estratificação social: colonizador, senhorio, burguesia, elite etc., sempre aqueles que pertenciam às classes sociais mais altas e que detinham algum poder sobre a estrutura social vigente.

É possível notar também que as instituições públicas, com destaque para o Estado, serviram de panaceia para encobrir as forças das classes dominantes sobre a estrutura social do país, que atuaram, além de escultoras de sua própria prosperidade, como “reitora do processo de formação do povo brasileiro. Somos, tal qual somos, pela fôrma que ela imprimiu em nós, ao nos configurar, segundo correspondia a sua cultura e a seus interesses” (RIBEIRO, 1995, p. 178). No mesmo sentido é a observação de Florestan Fernandes:

Dessa forma, as classes e os setores de classes burguesas podiam aproveitar, estrutural e dinamicamente, as vantagens de sua condição de minoria, ou seja, dos ‘pequenos números’, utilizando tais vantagens de modo consciente, deliberado e organizado. Essa concentração e essa centralização do poder

real processavam-se, simultaneamente, em dois níveis: o das relações diretas de classes; e o de dominação de classe mediada pelo Estado nacional (FERNANDES, 2006, p. 391).

Para Jessé Souza, a elite que habita o Estado, apesar de possuir sua influência sobre o quadro social brasileiro, não é ainda aquela que dita as regras. Foi dada toda a atenção sobre o patrimonialismo para que se acobertasse a verdadeira corrupção. A lógica mercadológica capitalista e a verdadeira elite manipuladora estão fora do Estado: a mídia. A elite do atraso é, portanto, uma elite que controla as mídias e, através dela, manipula a classe média, movendo as peças do jogo político de acordo com seus interesses (SOUZA, 2019).

Cabe ainda mencionar que a dominação da elite, na visão de Jessé de Souza, ocorreu, durante todo o seu processo, através da criação e propagação de ideias e pela força das instituições sociais. De umas décadas para cá, a principal ferramenta utilizada pela elite para manipular e distribuir essas ideias foi a mídia (programas de tv, imprensa, editoras, jornais etc.). Este seria o poder simbólico que esconde a responsabilidade da elite e de seus instrumentos, que ficam invisíveis e nunca são trazidos à luz, assim como deslegitima qualquer ação ou ideia que tenha a ver com demandas populares (Ibidem).

Além da mídia, há um outro elemento que pode ser visto como mais uma vítima desse sistema, mas que também possui responsabilidade pela ampliação e manutenção da desigualdade social: a classe média (Ibid.). Ela que se apresenta como “capataz” da elite, se organiza, controla e difunde ideias e valores de vida, que também é manipulada pela mídia, que tem interesse de manter seus privilégios, eleger seus políticos e se incomoda com ampliação do acesso à cultura, ao lazer, ao ensino, à política, enfim, com a possibilidade de compartilhar oportunidades com menos desigualdade.

Dessas conjunções e manipulações sociais, econômicas, culturais e políticas, derivam o atraso brasileiro em relação aos princípios de uma sociedade democrática, na qual a maior parte da população não tem, na realidade, a liberdade de ser ou ter o que quiser, senão indo contra todo um sistema montado para dificultar ou impedir que o faça. É interessante destacar o que aponta Darcy Ribeiro:

O ruim aqui, e efetivo fator causal do atraso, é o modo de ordenação da sociedade, estruturada contra os interesses da população, desde sempre sangrada para servir a desígnios alheios e opostos aos seus. Não há, nunca houve, aqui um povo livre, regendo seu destino na busca de sua própria prosperidade. O que houve e o que há é uma massa de trabalhadores explorada, humilhada e ofendida por uma minoria dominante, espantosamente eficaz na formulação e manutenção de seu próprio projeto de prosperidade, sempre pronta a esmagar qualquer ameaça de reforma da ordem social vigente (RIBEIRO, 1995, p. 452).

Assim, os traços de poder de uma minoria elitizada sempre irradiaram por todos os níveis de organização da sociedade, dependendo dela o avanço ou o colapso

do sistema. Essa elite não quer, e não pode, sem se destruir, renunciar aos privilégios e vantagens do controle social, econômico, cultural e político, e do controle sobre as classes e instituições.

5. Considerações finais

O surgimento da desigualdade social no Brasil e seu processo de naturalização iniciou-se com a colonização do país e, conseqüentemente, com a escravidão. As elites conseguiram, ao longo da nossa história, fortalecer seus poderes e exercer cada vez mais influência sobre as instituições, das quais o Estado foi o principal alvo e ferramenta para manter o controle da ordem social e, mais tarde, para acobertar a elite em sua empreitada de manipulação da esfera pública em favor de seus próprios interesses e do mercado.

Observa-se que a naturalização levou séculos, mas tem cumprido seu objetivo de manter a estratificação social e criar uma cultura de menosprezo sobre as classes vulneráveis. O desinteresse, e mais do que isso, a necessidade da distribuição desigual e injusta de educação, cultura, renda, trabalho, oportunidades e tantos outros fatores, ajudam na manutenção da desigualdade e criam a perspectiva de impossibilidade de mobilidade social.

A mídia também é usada como ferramenta de propagação de ideias que atendam ao interesse da minoria dominante. Além disso, há o papel da classe média de atuar como intermediária entre a classe pobre e a elite, geralmente favorecendo aos interesses desta para manter os seus distantes daquela.

O que se percebe é que são pouquíssimas as chances de reforma da ordem social vigente, já que, como demonstrado, a elite sempre esteve pronta para impedir qualquer ameaça a sua estrutura de poder e dominação sobre as demais classes. Essa seria a forma como funciona e prospera silenciosamente a evidente e histórica disparidade de classes que impede a construção de uma sociedade mais justa.

Referências bibliográficas

CAMARGO, Aspásia Brasileiro Alcântara de. As elites cindidas: o Brasil entre dois marcos da revolução burguesa. Perspectivas: **Revista de Ciências Sociais**, v. 53, 2019.

COSTA, Sérgio. Desigualdades, interdependência e políticas sociais no Brasil. In: PIRES, Roberto Rocha C. (org.). **Implementando desigualdades**: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. Rio de Janeiro: Ipea, 2019.

FELIX, Jorge. A elite do atraso: uma reinterpretção do Brasil por Jessé Souza. Ponto-e-Vírgula: **Revista de Ciências Sociais**, n. 22, p. 92-96, 2017.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. Ed. São Paulo: Globo, 2006.

LOPEZ, Félix. **Repertórios sobre as Razões da Desigualdade no Brasil**. Boletim de Análise Político-Institucional (BAPI), n. 23, jun. 2020. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10172>. Acesso em: 14 de set. 2021.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Tradução: Monica Baugarten de Bolle. 1. Ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. 2. Ed. Curitiba: Companhia das Letras, 1995.

RIZEK, Cibele Saliba. **Jessé de Souza - A elite do atraso: da escravidão à Lava-Jato: À guisa de um debate**. 2018.

SILVA FERREIRA, Ricardo Bruno da; FERNANDES, Isabela Duarte. **Onde os fracos não têm vez: a elite do atraso ou o atraso da elite**. Teoria e Cultura, v. 13, n. 2, 2018.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**. 1. ed. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SOUZA, Jessé. **Jessé Souza: É preciso explicar o Brasil desde o ano zero**. Entrevista concedida a Amanda Massuela. Revista Cult (online). São Paulo: Bregantini, 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/jesse-souza-a-elite-do-atraso/>. Acesso em: 14 set. 2021.